



Índice Mo Ibrahim 2015 - A Fundação Mo Ibrahim apresentou os dados anuais relativos ao índice Ibrahim de Boa Governação Africana que demonstram que os progressos alcançados pelos países africanos no último ano, foram escassos. [Pag 2](#)

Prémio Nobel da Paz para Organização Tunisina - A Academia Norueguesa decidiu entregar o prémio Nobel da Paz de 2015 ao Quarteto para o Diálogo Nacional na Tunísia pelo "seu contributo decisivo na construção de uma democracia plural na Tunísia na sequência da Revolução Jasmim de 2011". [Pag 3](#)

África do Sul pretende abandonar Tribunal Internacional de Justiça - Vários países africanos têm criticado a atuação do Tribunal Penal Internacional na sequência dos mandatos de captura emitidos pelo TPI contra diversos ex-líderes africanos e atuais líderes. [Pag 4](#)

Eleições na UNITA - Vários foram os candidatos que surgiram no seio da UNITA para concorrer ao lugar de Presidente do partido, cuja eleição aconteceu no congresso de dezembro. O congresso também analisou o desempenho dos órgãos do partido de 2011 a 2015; reavaliou a linha político-ideológica e estratégica do partido; reviu os estatutos e elegeu a Comissão Política da UNITA para o período 2015-2019. [Pag 5](#)

Sassou N'Guesso tenta novo Mandato - O Presidente da República do Congo, Denis Sassou N'guesso, convocou um referendo para dia 25 de outubro com o objetivo de obter a alteração da constituição e poder, assim, candidatar-se a mais um mandato presidencial. [Pag 5/6](#)

Cimeira Índia-África - Realizou-se a III Cimeira entre a Índia e os países africanos que decorreu sob o lema "Parceiros no progresso: no caminho para uma agenda de desenvolvimento dinâmica e transformadora". [Pag 6/7](#)

Galp vai Explorar Petróleo Santomense - A Galp Energia anunciou que chegou a acordo com o Governo santomense para explorar petróleo no mar de São Tomé e Príncipe. A exploração será feita pela Galp Energia juntamente com a Kosmos Energy e o estado santomense, através da Agência Nacional de Petróleo. [Pag 8](#)

Relatório Doing Business 2016 - Neste relatório do Banco Mundial, intitulado Measuring Regulatory Quality and Efficiency, foi avaliado o ambiente de negócios em 189 países, tendo em conta critérios como a facilidade e rapidez na criação de um negócio; facilidade de construção; obtenção de crédito; as condições de acesso à energia e o seu preço; o regime de pagamento de impostos e isenções fiscais. [Pag 8/9](#)

Sul-africano Candidato à Presidência da FIFA - Mosima Gabriel "Tokyo" Sexwale, um dos membros mais destacados do ANC, anunciou a sua intenção de concorrer à liderança da FIFA, gerida interinamente pelo camaronês, Issa Hayatou. [Pag 9](#)

O Turismo e o Terrorismo em África - Depois dos ataques ao museu do Bardo e à estância balnear Sousse, ambas na Tunísia, foi agora a vez de o Egito ser o alvo, a 31 de outubro, dos ataques terroristas por parte de fundamentalistas islâmicos. [Pag 10](#)

Cimeira Euro-Africana sobre as Migrações - Com vista a enfrentar a questão da vaga de refugiados na Europa, realizou-se a 11 de novembro em La Valeta, Malta, uma cimeira euro-africana sobre as migrações com a presença de 93 delegações, entre elas as dos 28 estados membros da União Europeia, as de 35 países africanos e as Nações Unidas. [Pag 10/11](#)

MLSTP Elege novo Líder - O MLSTP- PSD elegeu um novo líder. Apesar da sua aura de partido histórico que levou o país à independência, o MLSTP-PSD tem vindo a atravessar uma grave crise interna com claros resultados negativos nas eleições, nomeadamente nas últimas legislativas. [Pag 11/12](#)



Índice Mo Ibrahim 2015

■ Luís Castelo Branco

A Fundação Mo Ibrahim apresentou os dados anuais relativos ao índice Ibrahim de Boa Governação Africana em 2015, relativo ao desempenho em 2014, os quais demonstram que os progressos alcançados pelos países africanos, nas várias áreas analisadas, foram escassos no último ano.

Dos 54 países africanos analisados, apenas em seis se registaram melhorias em todas as componentes do Índice, nomeadamente, na Costa do Marfim, em Marrocos, no Ruanda, no Senegal, na Somália e no Zimbábue. Curiosamente, os dois últimos são países que, normalmente, estão mal classificados no índice, sendo que, inclusivamente, a Somália costuma ficar em último lugar. De registar, pela positiva, o desempenho do Zimbábue que, ao longo dos últimos anos, tem conseguido melhorar a sua classificação, ocupando agora o 44º lugar.

Uma das inovações do índice deste ano tem a ver com a inclusão do Sudão e do Sudão do Sul. Estes dois países estiveram unidos até 2011. Só este ano é que foi possível obter informação detalhada e separada sobre cada um deles de modo a incluí-los no índice de 2015.

As piores performances foram de países que têm vivido situações de crises internas, as quais provocaram instabilidade política e deterioração das condições de vida das suas populações. Os países com pior desempenho foram: o Sudão do Sul, a República Centro-Africana, a Guiné Bissau e a Líbia.

O índice Ibrahim, criado em 2006, é constituído por cerca de 90 indicadores que se divide em quatro grandes áreas, nomeadamente, Segurança e Estado de Direito; Participação e Direitos Humanos; Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento Humano. O estudo utiliza indicadores e informação recolhida junto de 33 organizações internacionais.

Os resultados a nível continental não deixam transparecer a existência de grandes disparidades entre regiões. A África Austral continua a ser a região com melhor desempenho, seguida pela África do Norte e pela África Oriental. A África Central é a região com a classificação mais baixa e é a única região aonde a situação tem vindo a deteriorar-se desde 2011.

No índice deste ano, os primeiros lugares são ocupados pelas Ilhas Maurícias, por Cabo Verde e pelo Botswana. Nos últimos lugares está a República Centro-Africana, o Sudão e a Somália.

No caso dos PALOP, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique estão acima da média do continente.

Em 2015, Cabo Verde mantém-se na segunda posição. Apesar do lugar de destaque, o arquipélago cabo-verdiano tem registado uma avaliação negativa nos últimos cinco anos. O país regrediu nas quatro grandes categorias analisadas no índice.

O segundo PALOP mais bem classificado é São Tomé e Príncipe que ocupa o 13º lugar. Apesar das suas debilidades económicas, São Tomé e Príncipe registou progressos em três das quatro categorias, destacando-se a melhoria na área da Participação e Direitos Humanos. A única categoria em que não registou melhorias foi na da Segurança e Estado de Direito.

Moçambique ocupa o 21º lugar, tendo descido uma posição face a 2013. Esta descida ficou a dever-se a um pior desempenho nas áreas da Segurança e Estado de Direito e de Oportunidades Económicas Sustentáveis.

A situação de instabilidade político-militar que o país viveu no último ano, fruto da tensão entre o Governo e a RENAMO, explica, em grande medida, esta situação.

Apesar de ter havido um acordo entre o Governo e a RENAMO em setembro passado, o que permitiu a realização das eleições gerais de outubro, a verdade é que a tensão não desapareceu. A instabilidade política manteve-se devido à contestação que a RENAMO fez relativamente aos resultados eleitorais.

Angola e Guiné-Bissau continuam a situar-se entre os estados africanos com um desempenho abaixo da média do continente.

No ano passado, Angola tinha melhorado a sua posição. Porém, voltou a retroceder em 2014 ficando em 43º lugar. O país partiu, em 2002, de uma base muito baixa devido aos anos de guerra civil. Apesar disto, Angola conheceu francas melhorias nas quatro categorias do índice. No entanto, nos últimos anos, o progresso em todas as categorias tem abrandado.

A Guiné Bissau é dos países com pior desempenho, tendo apresentado resultados claramente abaixo da média africana. Apesar de descer em todas as categorias, o seu desempenho é particularmente fraco na área da Segurança e Estado de Direito. A Guiné Bissau ocupa 45º lugar do índice.

Prémio Nobel da Paz para Organização Tunisina

A Academia Norueguesa decidiu entregar o prémio Nobel da Paz de 2015 ao Quarteto para o Diálogo Nacional na Tunísia pelo "seu contributo decisivo na construção de uma democracia plural na Tunísia na sequência da Revolução Jasmim de 2011"¹.

A chamada primavera árabe teve o seu início em 2011 e rapidamente se alastrou a outros países do norte de África. Na Tunísia, implicou o fim do regime do Presidente Zine El Abidine Ben Ali. O processo tunisino foi exemplar por ter permitido uma transição pacífica para a democracia.

De acordo com o comité norueguês do prémio Nobel, este prémio "é um encorajamento ao povo tunisino que, apesar dos grandes desafios, conseguiu os fundamentos de uma fraternidade nacional que o Comité espera que sirva de exemplo para outros países"².

O Quarteto para o Diálogo Nacional, criado no verão de 2013, é composto pela União Geral Tunisina do Trabalho (UGTT); pela Confederação da Indústria, Comércio e Artesanato, pela Liga de Comércio e Artesanato (UTICA); pela Liga Tunisina para a Defesa dos Direitos Humanos (LTDH) e pela Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia.

O Quarteto Tunisino desempenhou um papel fundamental em 2013 quando o país estava a enfrentar uma grave crise política e securitária. A 25 de julho o deputado progressista Mohamed Brahmí foi assassinado por uma célula jihadista. O governo liderado pelo Ennahda, partido islâmico moderado, não se entendia com os partidos laicos.

Perante este cenário de instabilidade, temia-se que a Tunísia se visse envolvida num cenário de conflito ou de golpe de estado. Foi o papel desempenhado pelo Quarteto que permitiu aproximar as partes e encontrar uma solução pacífica. O Ennahda aceitou abandonar o poder e dar lugar a um governo tecnocrático que preparou o país para eleições legislativas e presidenciais que decorreram em finais de 2014.

Este entendimento permitiu que fosse aprovado um documento que estabeleceu que o país fosse governado por um sistema democráti-

co e laico. Os partidos da oposição laica venceram as eleições, cujos resultados foram aceites por todos. As eleições presidenciais foram ganhas por Beji Caid Essebsi.

A atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Quarteto tunisino foi uma surpresa, uma vez que não figuravam entre os favoritos. Numa lista composta por 273 indivíduos e organizações, destacavam-se individualidades como Ângela Merkel pela sua intervenção no apoio aos refugiados que estão a chegar à Europa; o Papa Francisco por ter apoiado a reaproximação entre os EUA e Cuba; ou o ginecologista congolês Denis Mukwege, que já tinha vencido o ano passado o prémio Sakarov do Parlamento Europeu, devido à sua luta contra as violações na República Democrática do Congo.

O anúncio da entrega do prémio Nobel da Paz a esta organização tunisiana veio num momento em que o país enfrenta uma forte crise no turismo, sector fundamental para a económica, representando 15% do seu PIB, fruto dos atentados de contra o Museu do Bardo, em março, que provocou a morte de 21 pessoas e o ataque à estância balnear de Sousse, em junho passado, que provocaram 37 mortos. Estes acontecimentos afugentaram muitos turistas europeus os quais já se tinham retirado de outros destinos da região, nomeadamente do Egito, por receio da instabilidade política e de ataques terroristas.

Perante este cenário, o governo tunisino estima que o sector do turismo recue mais de 20% em 2015, o que implicará que a economia tunisiana cresça apenas 0,5% contra os 2,8% previstos no início do ano.

Os vencedores deste ano irão receber um prémio na ordem dos 850 mil euros que lhes será entregue em dezembro. O Quarteto tunisino sucede à paquistanesa Malala Yousafzai e ao indiano Kailash Satyarthi, galardoados no ano passado pelo seu trabalho a favor das crianças.



¹ The Nobel Prize Org. http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2015/press.html

² Idem.



África do Sul Pretende Abandonar Tribunal Penal Internacional

Ao longo dos últimos anos, vários têm sido os países africanos que criticaram a atuação do Tribunal Penal Internacional (TPI). Tais críticas surgem na sequência dos mandatos de captura emitidos pelo TPI contra diversos ex-líderes africanos e atuais líderes, como é o caso do Presidente Omar al-Bashir do Sudão ou de Uhuru Kenyatta, Presidente do Quênia.

Este mal-estar africano contra o TPI foi claramente demonstrado pela União Africana, quando o Presidente em exercício da Organização, o Presidente etíope Hailemariam Desalegn, acusou o TPI de fazer uma espécie de perseguição racial ao acusar apenas dirigentes africanos.

Desde que foi criado, em 2002, o TPI acusou formalmente três dezenas de pessoas, todos africanos, por crimes cometidos em oito países africanos, nomeadamente, na República Democrática do Congo (RDC), na República Centro-Africana (RCA), no Uganda, no Sudão (Darfur), no Quênia, na Líbia, na Costa do Marfim e no Mali.

Apesar disto, convém referir que a abertura dos processos nestes países teve origem diferente. Os inquéritos abertos na RDC, na RCA, no Mali e no Uganda foram-no a pedido destes Estados, os quais são signatários do Estatuto de Roma que fundou o TPI.

Os casos relativos ao Darfur (Sudão) e à Líbia, países que não são signatários do Estatuto, foram abertos a pedido do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apenas os processos relativos ao Quênia e à Costa do Marfim foram abertos pelo próprio TPI.

Perante esta realidade, vários países africanos têm defendido que é necessário criar, no âmbito da União Africana, um Tribunal para lidar com estes casos e não os deixar na mão do TPI.

Um exemplo recente desta nova era foi o julgamento do ex-Presidente chadiano, Hissène Habré, que começou a ser julgado, em julho passado, em Dakar, no Senegal. Este foi um acontecimento marcante, porque, pela primeira vez, um ex-dirigente africano é julgado em África em vez de o ser no TPI.

Todo este processo contou com o apoio da União Africana, indicando ter-se iniciado uma nova época em África em que os crimes

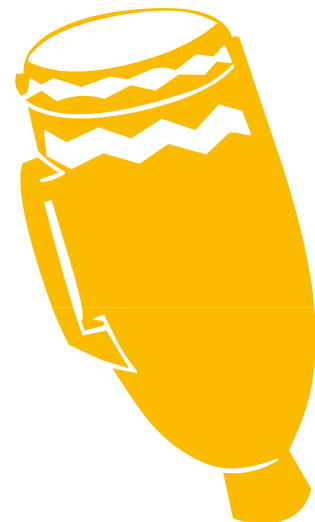
cometidos por alguns líderes africanos durante a vigência dos seus mandatos, poderão ser julgados no Continente.

O caso mais recente de contestação ao TPI veio da África do Sul devido à visita que o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, fez a este país em junho passado, no âmbito da realização da Cimeira da União Africana. Nessa ocasião, um tribunal de Pretória proibiu o Presidente do Sudão de abandonar a África do Sul depois de ter recebido um pedido para executar o mandado de captura contra ele emitido pelo Tribunal Penal Internacional.

Apesar desta decisão do tribunal sul-africano, as autoridades de Pretória decidiram deixar o Presidente sudanês abandonar pacificamente o país e regressar ao Sudão. Esta decisão sul-africana foi muito criticada, interna e externamente, mas contou com o apoio de muitos quer na África do Sul, quer no próprio continente africano.

Perante este acaso, o maior partido sul-africano, e principal força no Governo, o African National Congress (ANC) veio agora manifestar-se favorável à saída da África do Sul do TPI. A África do Sul, na era Mandela, foi um dos membros fundadores do TPI através da aprovação, em 1998, do Estatuto de Roma.

A África do Sul pretende apresentar já esta questão junto do TPI. Pretende igualmente levantar esta questão na próxima Cimeira da União Africana, que terá lugar em janeiro de 2016. Para os defensores desta decisão, a utilidade do TPI é muito limitada, como fica demonstrado pelo facto dos próprios EUA não serem signatários do Estatuto de Roma.



Eleições na UNITA

Vários foram os candidatos que surgiram no seio da UNITA para concorrer ao lugar de Presidente do partido, o qual foi eleito no congresso de dezembro.

Este Congresso, para além da eleição do Presidente do partido para o período de 2015-2019, também abordou outras questões importantes, tais como a avaliação do desempenho dos órgãos do partido no período de 2011 a 2015; reavaliação da linha político-ideológica e estratégica, programa e objetivos do partido; revisão dos estatutos; aprovação de resoluções e a eleição da Comissão Política da UNITA para o período 2015-2019.

O atual Presidente, Isaías Samakuva, recandidatou-se a um quarto mandato. Porém, desta vez, teve de enfrentar vários concorrentes.

Paulo Lukamba Gato, atual deputado, foi o segundo a anunciar a sua intenção de se candidatar à presidência do movimento do Galo Negro. Lukamba Gato já se tinha candidatado em 2003 contra Samakuva, tendo perdido nessa ocasião.

Lukamba Gato foi um dos militares mais destacados da UNITA, tendo-se mantido fiel a Jonas Savimbi até ao fim. Após a morte do General Antonio Dembo, Vice-Presidente da UNITA que havia assumido a liderança do movimento a seguir à morte de Savimbi, Lukamba Gato dirigiu a UNITA entre fevereiro de 2002 e as eleições de 2003 que elegeram Isaías Samakuva como líder do movimento. Foi Lukamba Gato que negociou, em nome da UNITA, os Acordos de Luena, os quais puseram fim, em 2002, à guerra civil angolana.

Outro candidato foi o também deputado, Abílio Kamalata Numa. Com um discurso muito crítico em relação ao Governo angolano, Numa, que já desempenhou o cargo de Secretário-Geral da UNITA, pretendia, através da sua candidatura, mobilizar a juventude angolana, descontente com o rumo do país, em torno da UNITA como alternativa ao poder atual.

Quem também pretendeu ser candidato foi José Pedro Catchiungo, conotado com a linha savimbista da UNITA, mas que acabou por desistir. José Pedro Catchiungo já tinha concorrido à liderança do partido no Congresso de 2011, tendo sido derrotado por Isaías Samakuva que acabou por vencer as eleições na UNITA por larga maioria com mais de 82% dos votos. Em segundo lugar ficou Lukamba Gato com 14,5 dos votos e em terceiro Abílio Numa com apenas 1,7% dos votos.

Sassou N'guesso tenta novo Mandato

O Presidente da República do Congo, Denis Sassou N'guesso, convocou um referendo para dia 25 de outubro com o objetivo de obter a alteração da constituição e poder, assim, candidatar-se a mais um mandato presidencial.

Esta estratégia tem sido prática recorrente em vários países africanos, tais como a República Democrática do Congo, na República Centro Africana, no Burundi ou no Djibuti. O caso mais recente é o Ruanda, onde o parlamento já aprovou alterações à constituição de modo a permitir que o atual Presidente, Paul Kagame, se possa candidatar a um terceiro mandato em 2017.

Porém, esta estratégia tem provocado forte contestação por parte das sociedades civis africanas. No caso do Burundi a decisão do Presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato, o qual venceu em eleições realizadas em julho passado, lançou o país numa onda de grade violência. Situação idêntica vive-se no Djibuti, onde o Presidente Omar Guelleh pretende concorrer às eleições presidenciais de abril de 2016, no que seria o seu quarto mandato.

No caso da República do Congo, a sociedade civil contestou esta iniciativa do Presidente N'guesso convocando manifestações para as principais cidades do país, Brazzaville, Ponta Negra e Dolisie.

A contestação foi organizada por dois movimentos da sociedade civil, a Frente Republicana para o Respeito da Ordem Constitucional e Alternância Democrática (FROCAD) e a Iniciativa para a Democracia do Congo (IDC).

As manifestações foram reprimidas com dureza por parte das forças policiais, tendo provocado a morte de vários manifestantes.

O Presidente Sassou N'guesso foi líder do país entre 1979 e 1992 durante a vigência do sistema de partido único, o Partido Congolês do Trabalho. Após a abertura ao multipartidarismo, Sassou N'guesso perdeu as eleições de 1992.

Nos anos seguintes o país entrou numa espiral de instabilidade que culminou num curto conflito civil, entre junho e outubro de 1997, que terminou com a vitória das forças rebeldes de N'guesso que depuseram, o então, Presidente Pascoal Lissouba.



Após um período de transição, realizaram-se eleições presidenciais em 2002 que foram ganhas por Sassou N'guesso, o qual seria reeleito em 2009.

O referendo, ao contrário da campanha eleitoral, decorreu com tranquilidade. Porém, a transparência do ato ficou manchada pelo modo como o mesmo foi preparado. A cada eleitor eram dados dois boletins, um verde que significava a concordância com alteração da Constituição e um vermelho que significava a sua discordância. O eleitor introduzia dentro da urna apenas um deles e deitava o outro fora, sendo possível ver qual o sentido de voto de cada eleitor.

Os resultados do referendo deram uma vitória esmagadora às pretensões de Sassou Nguesso, com mais de 93% dos votos tendo-se registado, segundo fontes oficiais, uma taxa de participação de 73%. A oposição contestou estes resultados alegando que apenas 20% dos eleitores votaram.



Cimeira Índia-África

Realizou-se, entre os dias 26 e 29 de outubro, em Nova Deli, a IIIª Cimeira entre a Índia e os países africanos. Esta Cimeira, que decorreu sob o lema "Parceiros no progresso: no caminho para uma agenda de desenvolvimento dinâmica e transformadora", deveria ter-se realizado em finais de 2014, no entanto, a crise do ébola em África fez com que a mesma fosse adiada.

A preparação deste evento foi alvo de especial atenção por parte das autoridades indianas, as quais pretendiam que nesta Cimeira o número de países africanos representados ultrapassasse largamente os 15 que estiveram no último encontro. A Iª Cimeira Índia-África realizou-se em 2008, em Nova Deli, e a IIª em 2011, em Adis Abeba.

Para garantir uma maior representatividade africana, a diplomacia indiana levou a cabo uma forte campanha com vista a convidar todos os 54 países africanos. As respostas foram muito positivas, tendo participado todos os países africanos, 19 deles representados ao nível de Chefe de Estado.

Os temas centrais da Cimeira foram a reforma do Conselho de Segurança da ONU, o combate ao terrorismo e às alterações climáticas e o reforço das relações comerciais entre os dois blocos.

Em relação à reforma do Conselho de Segurança da ONU, tanto a Índia como os países africanos têm posições coincidentes. A Índia procura o apoio africano para obter um lugar permanente, com direito de veto, no Conselho de Segurança. Do mesmo modo, a posição africana, expressa pela União Africana, é que África deve ter direito a dois lugares permanentes num Conselho de Segurança remodelado, escolhidos pelas organizações africanas.

O continente africano representa uma área muito interessante para a economia indiana. A população africana já representa mais de 1,7 mil milhões de pessoas com taxas de crescimento económico acima dos 5% previstos para os próximos anos. O crescimento económico africano fará com que muitos dos países deste continente poderão ascender, dentro de 10 anos, à categoria de economias de rendimento médio.

A estratégia de aumentar as relações económicas com África, a Índia terá que enfrentar a concorrência da China, país que aumenta sustentavelmente a sua presença na maioria dos países africanos, calculando-se que o comércio bilateral possa ascender a 200 mil



milhões de USD em 2015. Neste momento, 12,5% das exportações e 5% das importações africanas são com a China, enquanto a Índia representa, respetivamente, 4% das exportações e 8% das importações africanas.

O continente africano tem-se vindo a destacar na economia global graças ao crescimento e desenvolvimento de várias das suas economias. Países como a Nigéria, Quênia, Zâmbia ou Moçambique, têm registado melhorias económicas fruto das suas riquezas naturais, melhorias nas suas infraestruturas e pela aposta na formação de quadros qualificados.

Este otimismo relativamente ao continente africano é partilhado por instituições como o FMI, o qual aponta que, entre as 10 economias mundiais que mais crescerão, entre 2012 e 2017, estarão 6 africanas.

Paralelamente, as previsões relativamente ao crescimento da economia indiana também são positivas, esperando que a mesma cresça à volta de 6% nos próximos cinco anos. Tudo isto num momento em que o crescimento chinês conhece um claro abrandamento.

Apesar do relacionamento entre a Índia e África ser muito antigo, o aprofundamento das relações económicas e comerciais só alcançou importância nos anos mais recentes. Em 1995 o comércio bilateral representava mil milhões de USD. Em 2008 esse mesmo comércio já representava 35 mil milhões de USD. Em 2011 o valor ascendia a 45 mil milhões de USD e em 2015 espera-se que atinja os 70 mil milhões de USD.

As exportações africanas para a Índia têm crescido a um ritmo de 32% ao ano, enquanto as exportações indianas para o continente africano crescem a mais de 23% por ano.

Os maiores exportadores africanos para a Índia, responsáveis por mais de 90% do total exportado são a Nigéria, Angola, a África do Sul, o Egito, a Argélia e Marrocos. Os principais produtores exportados são o petróleo, algodão, gás natural e metais preciosos.

A Índia representa um importante mercado para os africanos na área da transferência de tecnologia, produtos manufaturados, produtos farmacêuticos, material de transporte e na concessão de bolsas de estudo.

O facto de a educação ser feita em inglês torna mais apetecível aos alunos africanos escolher a Índia como destino para os seus estudos. Paralelamente, o governo indiano faz da concessão de bolsas de estudo um importante elemento da sua política externa tentando criar uma elite africana que seja particularmente próxima dos interesses de Nova Deli. Durante esta cimeira, o contingente de bolsas disponibilizado aos países africanos foi substancialmente reforçado.

Ao nível do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) indiano em África o crescimento tem sido constante ao longo dos últimos anos, embora esteja concentrado em poucos países. Os principais destinos do IDE indiano são as Maurícias, a Nigéria, a África do Sul, Marrocos e a Líbia.

Um dos grandes anúncios desta cimeira foi a disponibilização por parte da Índia de uma nova linha de crédito para os países africanos no valor de 10 mil milhões de USD, a qual se junta a uma outra, já disponibilizada em 2008, no valor de 7,5 mil milhões de USD.

Durante esta Cimeira, os países africanos defenderam o reforço da parceria estratégica que existe entre África e Índia, nomeadamente nas áreas da paz e segurança, agricultura, saúde, emprego, assistência social, comércio, indústria, educação, recursos marinhos e da economia do mar.

A posição do Governo indiano é a de apoiar os países africanos na implementação das prioridades definidas na Agenda 2063 da União Africana, assim como na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Agenda 2030, definida pela ONU em setembro passado. Especial atenção será prestada pela Índia aos pequenos países africanos que, devido à sua fragilidade, estão mais vulneráveis e necessitados de apoio externo.

No final dos trabalhos foram aprovados dois documentos: A Declaração de Deli¹ e a Base para a Cooperação Estratégica² entre os dois blocos.

A IV Cimeira Índia – África ficou agendada para 2020.

³ http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/25980_declaration.pdf

⁴ http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/25981_framework.pdf

Galp vai Explorar Petróleo Santomense

Após um longo processo negocial, a Galp Energia anunciou, a 27 de outubro, que chegou a acordo com o Governo santomense para a exploração de petróleo no mar de São Tomé e Príncipe. A exploração será feita pela Galp Energia juntamente com a empresa norte-americana Kosmos Energy, num consórcio em que cada um terá uma participação de 45% e o estado santomense, através da Agência Nacional de Petróleo, terá 10%. O acordo agora alcançado será válido durante 28 anos.

Como bônus de assinatura a Galp Energy e a Kosmos Energy irão pagar ao estado santomense 2 milhões de USD. De acordo com os trabalhos previstos, as duas empresas irão, ao longo dos próximos 8 anos, realizar estudos sísmicos e outros que determinam as potencialidades do bloco, passando-se, depois, caso os resultados sejam positivos, para a fase da exploração.

A área atribuída ao consórcio é o chamado bloco 6 que se encontra na zona económica exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe, cobrindo uma área de cerca de 5 mil km².

A Kosmos Energy, empresa parceira da Galp Energia, dedica-se à exploração e produção de petróleo e gás natural em vários países africanos, nomeadamente, no Gana, Mauritânia, Marrocos, Senegal, e no Sara Ocidental. Em São Tomé e Príncipe, a Kosmos Energy já detém 85% dos direitos de exploração do bloco 11, também na ZEE santomense, sendo que a Agência Nacional de Petróleo detém os outros 15%.

A Galp Energia, por seu lado, também está envolvida na exploração de petróleo e gás natural em vários países africanos, nomeadamente, em Angola, em Moçambique, na Namíbia e em Marrocos. A maior parte dos seus projetos em África está localizada em Angola e em Moçambique.

Em Angola, a Galp está presente em dois blocos, o bloco 14 que abrange as áreas de Kuito, Negage, Gabela, Malange, Lucapa e Menongue e no bloco 32, situado em águas ultra-profundas do offshore angolano a 250 kms da baía de Luanda. Este último bloco estima-se que tenha uma capacidade de produção de 230.000 barris por dia e reservas na ordem dos 650 milhões de barris.

Para além do petróleo, a Galp Energia também está presente na exploração do gás natural angolano.

Em Moçambique, a Galp Energia detém, desde 2007, uma participação de 10% na exploração da área 4 na bacia do Rovuma. Em 2011 iniciaram-se os trabalhos de perfuração nesta bacia, os quais vieram a revelar grandes reservas de gás natural, permitindo perspetivar que Moçambique venha a ser um dos principais produtores africanos deste bem.

Relatório Doing Business 2016

O Banco Mundial apresentou, a 27 de outubro, o relatório Doing Business de 2016⁵, intitulado Measuring Regulatory Quality and Efficiency, o qual avaliou o ambiente de negócios em 189 países. O relatório utiliza vários critérios para classificar os países de acordo, nomeadamente, com a facilidade e rapidez na criação de um negócio; facilidade de construção; obtenção de crédito; as condições de acesso à energia e o seu preço; o regime de pagamento de impostos e isenções fiscais.

No contexto africano, os países mais bem colocados são as Maurícias e o Ruanda, países que mantêm a classificação do ano passado. A África do Sul, que ocupava o terceiro lugar em 2014, perdeu esse lugar descendo quatro lugares, ocupando em 2015 o 73º lugar da lista. O terceiro país africano mais bem classificado passa agora a ser o Botswana.

Entre os 10 países que mais reformas introduziram desde o ano passado, para melhorar o ambiente de negócios, destacam-se vários países africanos, nomeadamente, o Uganda, o Quênia, o Senegal e o Benim.

No caso dos PALOP, o país mais bem classificado é Cabo Verde que ocupa a 126ª posição, tendo descido quatro lugares em relação a 2014. Em segundo lugar aparece Moçambique que ocupa o 133º lugar, tendo descido seis lugares em comparação com o ano passado. São Tomé e Príncipe é o terceiro PALOP mais bem classificado

⁵ <http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2016>



ocupando este ano o 166º lugar apesar de ter descido treze lugares em relação à lista do ano passado. A Guiné Bissau é o único PALOP a subir na lista, passando de 179º lugar para 178º. Angola manteve a mesma classificação do ano passado e ocupa o 181º lugar.

Sul-Africano Candidato à Presidência da FIFA

Mosima Gabriel “Tokyo” Sexwale, um dos membros mais destacados do ANC, anunciou a sua intenção de concorrer à liderança da FIFA, organização que, depois da suspensão do seu Presidente, Joseph Blatter, é gerida interinamente pelo camaronês, Issa Hayatou.

Com um passado de grande intervenção política e um presente mais ligado à área económica, Sexwale também tem ligações ao mundo do futebol.

Durante o apartheid, Sexwale foi líder do movimento de estudantes sul-africanos que se opunham ao regime de minoria branca. No início dos anos 70 aderiu ao braço armado do ANC, o Umkhonto we Sizwe, tendo recebido formação militar na URSS.

Após regressar à África do Sul em 1976, passou à clandestinidade com o objetivo de participar na luta armada contra o regime do apartheid. Preso em 1977, foi companheiro de Nelson Mandela na prisão de Robben Island onde esteve durante 13 anos até ser libertado em 1990.

Após as primeiras eleições livres na África do Sul, em abril de 1994, Tokyo Sexwale foi nomeado líder do Governo da região de Gauteng, que inclui as cidades de Pretória e de Joanesburgo. Após um mandato de quatro anos, Sexwale deixou o cargo, tendo sido apontado como um eventual sucessor de Nelson Mandela, cargo que haveria de ser atribuído ao então Vice-Presidente Thabo Mbeki.

A nomeação de Mbeki como Presidente da África do Sul, levou a Sexwale abandonar a vida política até que, em 2009, o novo Pre-

sidente sul-africano, Jacob Zuma, o nomeou Ministro responsável pela habitação. Em 2012, Sexwale ainda concorreu para o lugar de Vice-Presidente durante a presidência de Kgalema Motlanthe, mas o ANC acabaria por escolher Cyril Ramaphosa.

No entanto, Sexwale destacou-se, nos anos mais recentes, pela sua atividade no mundo empresarial, nomeadamente, na indústria diamantífera, o que lhe terá permitido acumular uma considerável fortuna.

A sua ligação ao mundo do futebol advém do facto de ter estado envolvido na preparação da candidatura sul-africana ao Mundial de 2010. Sexwale é atualmente membro do Comité de Fair Play da FIFA.

Na corrida ao cargo de Presidente da FIFA, Sexwale terá que enfrentar o suíço Gianni Infantino; o antigo jogador da Trindade e Tobago, David Nakhid; o francês Jérôme Champagne, que já desempenhou o cargo de secretário-geral adjunto da FIFA; o príncipe jordano Ali bin Al Hussein, que já se tinha candidatado contra Blatter nas eleições de 2015; o Sheik Salman bin Ebrahim al Khalifa, Presidente da Federação de Futebol do Barhain e Musa Bility, que é o atual Presidente da federação liberiana de futebol.





O Turismo e o Terrorismo em África

Depois dos ataques ao museu do Bardo e à estância balear Sousse, ambas na Tunísia, foi agora a vez de o Egito ser o alvo, a 31 de outubro, dos ataques terroristas por parte de fundamentalistas islâmicos.

Um avião cheio de turistas russos seguia da estância balear de Sharm el Sheik para S. Petersburgo quando uma bomba deflagrou a bordo matando todos os 224 ocupantes e tripulantes do A-321 da companhia aérea Kogalymavia. Tudo aponta para que tenha sido obra do Estado Islâmico como forma de retaliação pelo apoio que a Rússia está a dar ao regime de Bashar al-Assad na Síria, o qual se traduz no apoio militar no terreno.

O objetivo do Estado Islâmico é o de atingir regimes que lhe são contrários em vários países alvo da sua expansão, no âmbito da criação do Califado e, nesse sentido, prejudicar a economias locais de modo a enfraquece-los. Nesse campo, a indústria do turismo é essencial para a economia de Marrocos, do Egito e da Tunísia.

Logo após a queda do avião surgiu duas posições sobre o que teria causado esta tragédia. Por um lado, as autoridades egípcias tentaram afastar a hipótese de atentado, fosse ele através da explosão de uma bomba a bordo, fosse através de um míssil disparado da península do Sinai, região onde o Estado Islâmico está presente.

O objetivo das autoridades do Cairo era a de evitar o pânico entre os turistas que prejudicasse, ainda mais, a sua indústria do turismo. Mas a verdade é que são, cada vez mais frequentes notícias de confrontos entre as forças de segurança egípcias e elementos do Estado Islâmico na península do Sinai. Esta realidade demonstra que, embora o Estado Islâmico não controle a região, a sua presença nesta zona é crescente.

A outra posição era a das autoridades russas, que nunca rejeitaram a hipótese de atentado. À medida que se foram convencendo de que essa seria mesmo a razão da queda do avião, começaram os planos para retirar os 45 mil russos que estavam de férias em Sharm el-Sheik. Os russos são, hoje em dia, a principal origem dos turistas que frequentam esta estância balear egípcia.

A posição russa foi sendo fortalecida à medida que eram intercetadas comunicações de membros do Estado Islâmico que comprovavam a tese de atentado. Para além da fuga de turistas desta região,

também diversas companhias aéreas decidiram evitar este espaço aéreo, passando a desviar as suas rotas.

Este ataque representa um duro golpe na indústria do turismo egípcio, um dos pilares da economia que o Presidente Sissi pretendia reerguer para fortalecer a economia nacional.

Para além da Tunísia e do Egito, também a indústria do turismo marroquino já foi alvo de ataques semelhantes. A 28 de abril de 2011 registou-se um atentado terrorista no Café Argana na cidade de Marraquexe. O ataque foi levado a cabo numa zona muito frequentada por turistas, tendo provocado a morte de 17, a maioria dos quais eram franceses.

Desde essa altura, as autoridades marroquinas têm estado em permanente alerta perante a possibilidade de novos ataques. Ao longo dos últimos anos várias células terroristas têm sido desmanteladas.

Cimeira Euro-Africana sobre as Migrações

Com vista a enfrentar a questão da vaga de refugiados na Europa, realizou-se a 11 de novembro em La Valeta, Malta, uma cimeira euro-africana sobre as migrações.

Neste encontro estiverem presentes 93 delegações, nomeadamente os 28 estados membros da União Europeia, representantes de 35 países africanos, as Nações Unidas, representantes da sociedade civil e de organizações não-governamentais.

O objetivo desta Cimeira foi o de encontrar, em conjunto, uma maneira de enfrentar a crise dos refugiados. Pretendeu-se, igualmente, abordar questões relacionadas com as causas da migração ilegal, a migração legal e a mobilidade, a proteção internacional e o asilo, a prevenção e a luta contra tráfico de pessoas e os repatriamentos e acordos de readmissão.



No seio dos países europeus a posição não era unânime, pois havia aqueles que defendiam um maior controlo fronteiriço, nomeadamente, os países que estão a ser muito atingidos pela vaga de refugiados, como é o caso da Sérvia, da Eslováquia ou da Hungria. Outros, nomeadamente os países nórdicos, defendiam a necessidade de acomodar os imigrantes.

Porém, a verdade é que a Europa não está a conseguir lidar com o número crescente de imigrantes que todos os dias chegam às suas fronteiras. Para além de não conseguirem, em tempo real, acomodar estes imigrantes, mesmo aqueles que os países europeus estão dispostos a receber, estão a ser transferidos a um ritmo muito lento.

Há também aqueles que temem que a entrada de tantos imigrantes possa pôr em causa a estabilidade interna dos seus países, tanto mais que muitos dos que chegam são muçulmanos. Este temor é sentido especialmente em países como a Polónia ou a República Checa.

De qualquer das formas, a Europa está a delinear um plano, que terá um fundo de emergência no valor de 1.8 mil milhões de euros, para lidar com esta situação que passará, necessariamente, pela melhoria das condições de vida nos países de origem de modo a travar o fluxo e a fixar as populações.

A ideia de realizar uma Cimeira deste tipo surgiu no início do ano, quando a vaga de imigrantes atingia, sobretudo, a Itália. Nessa altura, o governo italiano sugeriu que se devia realizar uma cimeira destinada a tratar deste fenómeno, tendo-se Malta oferecido para acolher o evento.

Embora a origem dos refugiados, e o modo como chegam à Europa, seja diferente, na essência o problema mantém-se. Apesar de muitos dos refugiados serem sírios, que fogem da guerra civil no seu país, há também muitos oriundos de vários países do norte e corno de África.

Segundo dados do FRONTEX, só este ano terão entrado na Europa, através da Grécia, mais de 500 mil refugiados.

O grande objetivo europeu é o de tentar apoiar os países africanos, através do fundo de emergência, para que consigam conter as suas

populações através da criação de condições de vida melhoradas. Este modelo já foi utilizado, com êxito, pela Espanha face à vaga de refugiados que atingiram o país vindos de Marrocos em 2014.

Apesar destas intenções, a verdade é que a União Europeia está com dificuldades em recolher os meios financeiros juntos dos seus estados membros. A Cimeira de La Valeta era vista como a oportunidade de sensibilizar os governos europeus a disponibilizarem os meios necessários.

Para além da contribuição anunciada pela Comissão Europeia, os estados membros acabaram por só se comprometer com um pacote adicional de 78 milhões de euros para o fundo de emergência. O país europeu que mais contribuiu foi a Holanda, com 15 milhões de euros, seguindo-se a Bélgica e a Itália, com 10 milhões.

MLSTP Elege Novo Líder

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social-Democrata (MLSTP- PSD) elegeu no passado dia 15 de novembro o seu novo líder. Apesar da sua aura de partido histórico que levou o país à independência, o MLSTP-PSD tem vindo a atravessar uma grave crise interna com claros resultados negativos nas eleições, nomeadamente nas últimas legislativas, realizadas em outubro de 2014, que não impediram a maioria absoluta da Aliança Democrática Independente (ADI) do atual Primeiro-Ministro Patrice Trovoada

Perante a força que a ADI tem vindo a adquirir ao longo dos últimos anos no país, as recentes lideranças do MLSTP-PSD não têm conseguido galvanizar e reforçar o partido. Desde a liderança de Aurélio Martins, passando para a atual a cargo de Jorge Amado, o partido não tem conseguido encontrar uma estratégia de atuação.

Nas eleições de 15 de novembro, estavam inscritos 10 mil membros do MLSTP-PSD para votar. No início do pro-

cesso apareceram várias candidaturas, sendo que duas avançaram quase até ao fim, a de Aurélio Martins e da Elsa Pinto e duas outras desistiram muito cedo, a de Agostinho Rita e de Osvaldo Abreu.

Aurélio Martins voltou a candidatar-se depois de ter liderado o partido em 2011. Considerado um candidato muito próximo de Angola, mas que não conseguiu galvanizar os militantes durante os anos em que esteve à frente do partido.

A outra candidatura foi encabeçada por Elsa Pinto, antiga Ministra da Defesa Nacional e que é vista como uma figura próxima do atual Presidente da República, Manuel Pinto da Costa. Este apoio do Presidente poderia ser fundamental para ele conseguisse, por sua vez, o apoio do partido para ser reeleito em 2016. No entanto, Elsa Pinto acabaria por desistir, ainda antes das eleições internas, alegando que todo o processo estava manchado por várias irregularidades.

A candidatura que, à partida, reunia mais apoios dentro do MLSTP-PSD era a de Maria das Neves, antiga Ministra da Economia e ex-Primeira Ministra de São Tomé e Príncipe, e atualmente vice-Presidente da Assembleia Nacional e deputada pelo (MLSTP-PSD). Apesar de contar com fortes apoios. Maria das Neves decidiu não candidatar-se.

Uma possível explicação para esta recusa poderá estar na intenção de Maria das Neves vir a candidatar-se a Presidente do país nas eleições que estão agendadas para 2016.

Aurélio Martins, o único candidato às eleições diretas para a liderança do MLSTP-PSD, acabaria por as vencer com 85% dos votos expressos nas urnas.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05